



Tratado do Pardo, em 12 de fevereiro de 1761. A paz dos últimos anos entre os reinos ibéricos daria lugar a novos conflitos entre eles.

### Tomada de Colônia e a invasão do Rio Grande

Em 15 de agosto de 1761, Carlos III uniu-se secretamente ao Pacto de Família, articulado especialmente por Luís XV, da França, o qual estabelecia um acordo defensivo e ofensivo para os reinados dos Bourbons. Além da França e Espanha, participavam dessa poderosa coligação, com ambições de enfrentar a Inglaterra e hegemonizar a Europa, Nápoles e a Sicília. A resposta veio imediatamente de parte dos ingleses, carregando consigo o seu aliado-dependente, Portugal. Estando em guerra contra a França, a Inglaterra estendeu a declaração à Espanha.

Imediatamente, os espanhóis, sob o comando do governador do Rio da Prata, Pedro de Cevallos, cercaram a Colônia do Santíssimo Sacramento, que capitulou no dia 25 de setembro de 1761. Em seguida começaram a marcha por terra e a movimentação de sua frota pelo mar para invadir o Rio Grande de São Pedro.

Cevallos aproveitava o conflito mundial para colocar em prática um antigo plano espanhol: o de recuperar o território perdido do Rio Grande. Sua pretensão era fazer os luso-brasileiros reflúem à

antiga linha de Tordesilhas, segundo a tese de que ela passava por Laguna, Santa Catarina. Esse meridiano legitimava as terras do Rio Grande como possessão espanhola. Com um poderoso exército em movimento, por sorte, as disputas mundiais foram sustadas pelo Tratado de Paris, assinado pela França e a Espanha com a Inglaterra, em 10 de fevereiro de 1763. Em 10 de março, Portugal aderiu a esse convênio, pelo qual seria beneficiado, no futuro, com a restituição da Colônia do Sacramento. Entretanto, à medida que prosseguiram os trâmites burocráticos e de regulamentação do Tratado, sem que chegassem à América suas determinações – ou mantidas sigilosamente, por interesses geopolíticos –, o conflito sulista não refluiu nas ações bélicas.

Dois meses após a assinatura do Tratado de Paris, quando Portugal já tinha aderido a ele, o exército espanhol invadiu o Rio Grande, cuja fronteira sulina litorânea abrangia as terras do atual norte uruguaio, na região de Castilhos Grande. No dia 19 de abril de 1763, ocupou o forte de Santa Teresa. A seguir, tomou o forte de São Miguel. Em 24 de abril, José de Molina, um dos comandantes de Cevallos, entrou na Vila de Rio Grande.

Antes de fugir para a Guarda do Norte (por ficar na margem setentrional da Barra), atualmente cidade de São José do Norte, a soldadesca luso-brasileira, sem comando e invariavelmente embriagada, saqueou a vila que deveria defender, espoliando os armazéns reais e, inclusive, as capelas e a igreja matriz. Os casais açorianos ali paralisados pelo fracasso do Tratado de Madri, pois estavam destinados ao povoamento das Missões, foram brutalmente vitimizados pela soldadesca sanguinária, bagaceira e estupradora.

Ato contínuo, as tropas castelhanas vadearam o canal e o atacaram com o fogo de suas embarcações. Sem muita resistência, os luso-brasileiros perderam, também, a Guarda do Norte. No dia 12 de maio, Pedro de Cevallos entrou triunfalmente na vila de Rio Grande. Parte da população civil que não conseguiu fugir, abandonada pelo “seu” exército, foi transferida à região de



A representação do Rio Grande de São Pedro de 1763, no Exemplo Geographico de José Custódio.

Maldonado. Em sua maioria, eram os casais de ilhéus, espoliados pela tropa devassa. Com seus familiares e escravos povoaram terras uruguaias. Para assentá-los, Cevallos fundou o povoado de São Carlos, homenageando o seu rei, Carlos III.

### **A fronteira da Ponta Rasa**

Ciente do Tratado de Paz entre as Coroas, Cevallos suspendeu as ações, procurando conservar as posições conquistadas. No tabuleiro europeu, o jogo para traçar as fronteiras ocorria entre o ministro Aires de Sá e Melo, português, e o ministro Grimaldi, da península itálica, a serviço da Espanha. A posição luso-brasileira complicava-se com a morte de Gomes Freire de Andrada, o conde de Bobadela, principal estrategista das conquistas do Sul. Uma Junta Governativa, formada por Frei Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco e José Fernandes Pinto Alpoim, encarregou-se da crítica situação do Rio Grande. Para auxiliá-la nas estratégias de guerra, formou um conselho de quatro coronéis: Pascoal de Azevedo, ex-governador rio-grandense, cargo exercido no período das demarcações do Sul; José Inácio de Almeida, ex-capitão de Dragões do Rio Grande, na Guerra Guaranítica; o genovês Miguel Ângelo de Blasco, ex-mestre-quartel-geral e diretor de mapas de Gomes Freire, e José Custódio de Sá e Faria, ajudante-geral e comissário substituto de Freire. Esses oficiais elaboraram os planos de defesa e deram pareceres sobre a zona conflagrada.

Sem contar com o armamento levado na debandada e na deserção, uma estimativa mínima do material tomado, ou entregue aos espanhóis, sem luta, dá a dimensão da culpabilidade dos governos civil e militar: 30 peças de artilharia, 8 morteiros, 200 barris de pólvora, 6.770 balas para artilheiros e granadeiros, 7.000 cartuchos, 400 mosquetes. O governo luso-brasileiro mudou-se para Rio Pardo e, em seguida, para Viamão.

A marcha castelhana de recuperação do território perdido seria interrompida apenas com a chegada tardia do comunicado sobre o Tratado de Paz. A sua cópia só desembarcou no Rio de Janeiro em junho. No mês seguinte, a junta solicitava que o governador de Santa Catarina comunicasse a Cevallos o seu conteúdo, pois um dos argumentos do governador de Buenos Aires era de que nada havia recebido da Espanha sobre a adesão portuguesa ao convênio de Paris.

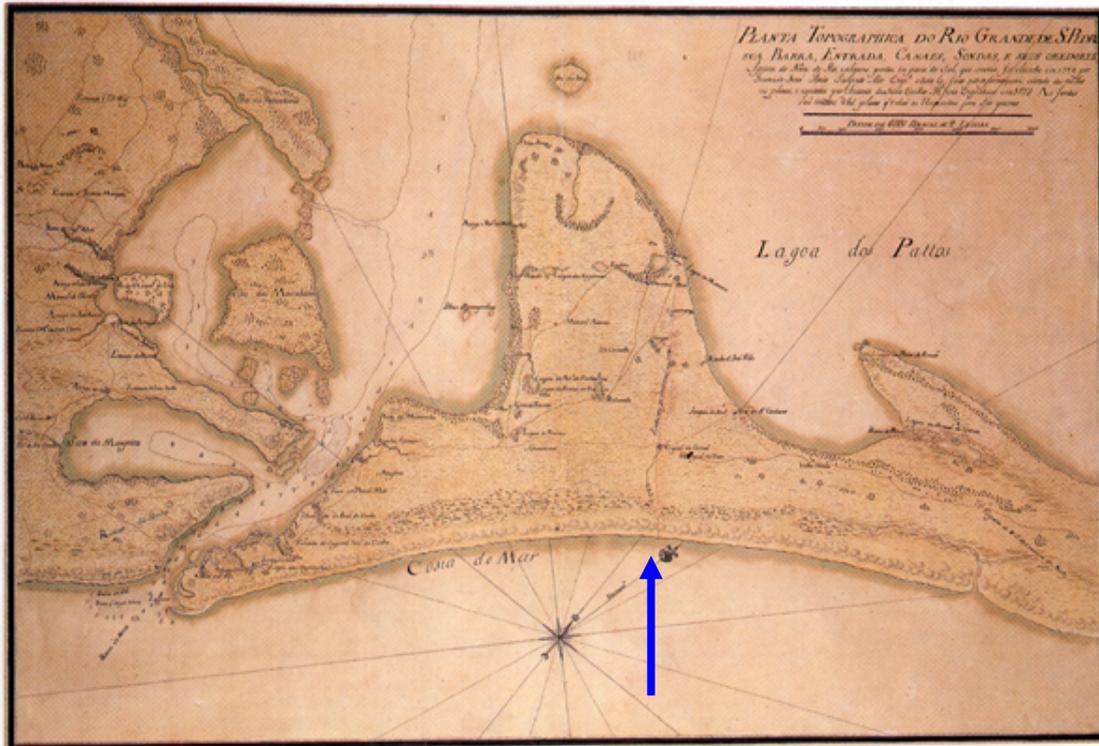
De qualquer forma, apesar dos argumentos, no conflagrado território sulino acordou-se firmar uma trégua, com as tropas imobilizadas nas posições em que se encontravam. Assim, em 6 de agosto de 1763, foi assinada a *Convenção de Suspensão de Armas e de Limites*. Representou os rio-grandenses o capitão-de-dragões Antônio Pinto Carneiro e os espanhóis o capitão-de-infantaria José de Molina. Com a ocupação castelhana, Molina intitulava-se “governador do Rio Grande” e dirigia-se ao governador Madureira e seus substitutos como “governador de Viamão”.

Enquanto os luso-brasileiros conseguiam o armistício para, mais tarde, tentar a reação, os castelhanos, pelo seu lado fixavam uma nova fronteira, incorporando o imenso território costeiro, cuja extensão ia de Castilhos Grande até ao norte da Barra, mais ou menos na latitude 31° 54', em uma linha que ia do Atlântico até a Ponta Rasa, na lagoa dos Patos. O Rio Grande de São Pedro encolhia. Sua fronteira com os castelhanos passava a ser formada pela linha da Ponta Rasa, e pelas águas da lagoa dos Patos, do Guaíba e do Jacuí.

Na visão de Cevallos, apesar de provisória, estava dentro da estratégia de recuperação do território com base no Tratado de Tordesilhas. Em cinco parágrafos, a Convenção suspendeu a “hostilidade”, fixava a linha divisória e determinava a exclusividade castelhana de navegação no canal e porto de Rio Grande, além de ocupar integralmente a lagoa Mirim. O prejuízo dos luso-brasileiros, com a perda do porto de Rio Grande e sem condições de ingressar ou sair da lagoa dos Patos, era alarmante. As embarcações que durante a ocupação estavam no “mar de dentro” ficaram confinadas. O Rio Grande, em seu espaço diminuído, dependia fundamentalmente das águas da lagoa dos Patos (a partir do norte da Ponta Rasa), do Guaíba e do Jacuí (e seus afluentes), rio fronteiro das posses lusitanas.

Conforme estudo de Jonathas Monteiro, da planície costeira “partia a linha de separação do oceano Atlântico, aproveitando a sanga do guarda-mor, passando pelo Capão da Divisão, seguindo

em linha reta à lagoa do Matreiro e seu sangradouro, na lagoa dos Patos, ficando aos portugueses a Capororoca, pouco ao norte dessa linha, onde foi instalado um posto militar. A guarda portuguesa ficou estacionada na estância da Velha Tratadas, sob o comando do capitão Francisco Pinto Bandeira”.



*Em 1763, a expedição castelhana que marchava para o norte, em direção a Porto Alegre, depois de tomar as fortalezas fronteiriças, a vila de Rio Grande e a Guarda do Norte, sustou o seu avanço ao receber a notícia da assinatura do Tratado de Paris, do mesmo ano, que colocava fim à guerra dos Sete Anos na Europa. Na América meridional, assinou-se um pacto provisório de não agressão, fixando-se uma linha de fronteira litorânea pela Ponta Rasa, entre os atuais municípios de São José do Norte e Estreito, no Rio Grande do Sul [seta indicando a divisa no mapa]. Planta topographica do Rio Grande de S. Pedro, sua Barra, Entrada, Canaes, Sondas, e seus oredores. 1778. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty.*

Posicionados na Guarda do Norte, os castelhanos ficaram senhores do canal da Barra.

A população luso-brasileira ficou confinada a uma única saída por terra através de Santa Catarina. Os sucessos das armas de Cevallos foram, praticamente, as únicas conquistas da Espanha na Guerra dos Sete Anos. Ela perdera para a Inglaterra as ilhas de Havana e Manilha, o fluxo que alimentava seu comércio e os produtos das colônias americanas. Para reavê-los, teve que ceder a Flórida e os territórios a sudeste do rio Mississippi.

Nesse contexto internacional, Carlos III, pela cédula real de 9 de junho, já havia ordenado a Cevallos que entregasse a Colônia do Sacramento aos portugueses, com um território restrito à distância de um tiro de canhão de sua fortaleza.

A ocupação castelhana das terras meridionais costeiras do Rio Grande, com algumas fronteiras móveis, especialmente no Oeste, durou treze anos.

### **O governador da resistência**

Em vista da situação de absoluto caos, o coronel José Custódio de Sá e Faria, que se encontrava no Rio de Janeiro, foi nomeado para governar o Rio Grande, em 24 de fevereiro de 1764. O vice-rei conde da Cunha, deu-lhe a missão de reorganizar a administração e fortificar o que ainda restava do território em poder luso-brasileiro, além de sistematizar processualmente a reconquista.

Assim que tomou posse, em 16 de junho, na Câmara de Viamão, fez amplo relatório sobre a situação. Encontrou o Rio Grande “na maior confusão e desordem”, com os “moradores dispersos pelo Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Laguna”, desde a “invasão castelhana”. Estrategicamente, aproveitou a Convenção de 6 de agosto de 1763 para fortificar a fronteira. Em sua extremidade Sul, na margem da lagoa dos Patos, onde já se encontrava o acampamento luso-brasileiro, levantou o forte de São Caetano da Barranca, em agosto de 1764, utilizando torrão, estacada e faxinas. Armou-o com canhões de ferro. Deu-lhe a capacidade de fogo para 16 peças. Inicialmente, entregou o seu comando ao capitão Francisco Pinto Bandeira, o qual conhecera nas marchas demarcatórias e nas escaramuças contra os índios guaranis das Missões. Prescreveu-lhe ordens precisas, fazendo-o compreender as injunções internacionais em que estavam metidos.

Na extremidade Oeste, na divisão com as Missões, fez de Rio Pardo outro ponto estratégico. Dele adiantou várias guardas, cobrindo os passos do Jacuí. Embarcações encarregavam-se do municio e da vigilância. Vivandeiros navegavam o Jacuí alimentando o comércio e transmitindo informações sobre a defesa do “continente”. Patrulhas montadas, ou mesmo aventureiros, vaqueanos e arreadores, transpunham o Jacuí e percorreriam a Serra dos Tapes (atual Escudo Rio-Grandense), em longas incursões. Contando com Rio Pardo e Santo Amaro, defesa setentrional do Jacuí, Sá e Faria implantou outro foco, mais ao norte, na margem do rio Taquari, dando origem à cidade homônima. Com terra socada, edificou o Forte do Taquari para defesa da povoação emergente, capacitando-o para armar 30 canhões.

Essa determinação do governador José Custódio solucionou parte da desgraça dos casais açorianos que ainda não tinham sido assentados e encontravam-se espalhados pelo território. Dessa forma, com a ocupação do vale do Taquari, conjugou o povoamento, que significava abastecimento, com a defesa militar.

O próprio governador escolheu o lugar da povoação, delineou-a, arruou-a e indicou os espaços das moradias. Todas essas ações somente eram possíveis devido aos caminhos das águas.

A estratégia militar de Sá e Faria fundamentou-se pela combinação dos princípios das guerras de *posição* e de *movimento*. Fortificou minimamente o território rio-grandense, dando-lhe condições para resistir em situação de “guerra regular”, caso o inimigo seguisse com sua progressão. Em toda linha de limites, estendeu tropas de cavalaria ligeira, de regulares, milicianos e paisanos, cuja mobilidade poderia fazer frente ao inimigo, além de incursionar no território castelhano, segurando parte dos efetivos de Buenos Aires e Montevidéu além-fronteira.

As ações de focos guerrilheiros tiveram participação decisiva na campanha pela recuperação do território: o de Encruzilhada do Duro, no atual município de Canguçu, sob o comando de Rafael Pinto Bandeira, e o de Encruzilhada, agora município de Encruzilhada do Sul, liderado por Francisco Pinto Bandeira e, depois, pelo aventureiro paulista Cipriano Cardoso de Barros Leme, de conhecida linhagem bandeirante.

Pelo Guaíba e lagoa dos Patos, as embarcações de baixo calado, conduzidas por gente marinheira e cavalariana, singravam para infiltrar milicianos no território que passara ao inimigo.

Administrador e estrategista, a meta de José Custódio era recuperar a capitania, reorganizar as forças e dar-lhes coordenação nas operações. Como a coroa não fornecia os meios, liberou as arreadas e o contrabando, prescreveu a partilha do saque, definindo os percentuais que cabiam ao governo, aos comandantes, aos oficiais e às tropas. Nessas condições, contrabando significava somente a sonegação da parte do Estado.

A partir de 1765, o governador passou a ser coadjuvado pelo extraordinário auxílio de Manuel Jorge de Sepúlveda, um nobre português que chegara ao Sul protegido com o falso nome de José Marcelino de Figueiredo. Andava incógnito por ter matado em duelo um militar inglês, em Faro.

Marcelino foi destinado para operar especialmente em defesa da fronteira Sul. Quatro anos depois, seria o substituto de Faria, encarregando-se de todas as operações.

O exército sulino, mantido quase que exclusivamente pelos recursos apurados pelo governador e pelos oficiais, não ultrapassava a 1.000 homens.

Todavia, a partir de 1766, os sulinos foram invadidos por certo otimismo com a chegada de quatro companhias de “aventureiros paulistas”, milicianos de tradição bandeirante que, na história brasileira, concorriam com sua experiência militar e, digamos, sanguinárias nas frentes críticas da Colônia, na defesa e conquista territorial, no combate aos quilombos de negros e na exploração indígena. Constituíam o primeiro apoio real, patrocinado pelo governo de São Paulo, que pagava os seus vencimentos. No futuro, muitos deles ficariam no Rio Grande, exercendo as mais diversas atividades, como militares, criadores, agricultores, tropeiros, etc.

### **Primeiro plano luso-brasileiro para retomar a vila de Rio Grande**

As tensões de fronteira, resultantes dos contrabandos de ambos os lados, dos desertores que cambiavam de território, do grande prejuízo dado pela fuga dos escravos, os quais não eram devolvidos pelos castelhanos, conforme a Convenção de 1763, levaram José Custódio à elaboração de manobras militares com o objetivo de reconquistar a Vila de Rio Grande e expulsar os castelhanos. Definiu como seu quartel-general o forte/porto de São Caetano e, em colaboração com José Marcelino, concebeu minuciosamente o plano de ataque. Os dois fixaram os detalhes objetivamente determinados em um mapa, onde os principais movimentos táticos estavam previstos. Para executá-lo, o território ao sul da barra seria invadido por sete colunas. Esses efetivos seriam apoiados pela cavalaria de dragões, a qual marcharia de Rio Pardo, transportando o Jacuí, ingressaria na Serra dos Tapes, em uma tática de movimento, para atrair a atenção castelhana ao longo do canal de São Gonçalo e sangradouro da lagoa Mirim.

José Custódio assumiu toda a responsabilidade e formalizou suas razões em ordem dada a José Marcelino de Figueiredo. O governador acusava os castelhanos de:

1. Continuarem as hostilidades em toda a fronteira, acusando-os de infratores do convênio de 6 de agosto de 1763 e dos demais acordos entre as duas coroas;
2. Protegerem os escravos que fugiam do cativeiro dos senhores rio-grandenses, causando prejuízos aos seus donos e, conseqüentemente, à economia da província.
3. Não restituírem as embarcações que os desertores utilizavam para navegar até a vila de Rio Grande, onde passavam às tropas castelhanas ou viviam em seus domínios.
4. Constantes intimações do comandante da vila de Rio Grande, José de Molina, ao forte de São Caetano, pedindo satisfação sobre movimentos de tropas.
5. Ofensas de Molina, dizendo que o território sob tutela portuguesa era um “covil de ladrões”.

Do ponto de vista estratégico, desconfiava que os espanhóis continuariam com a campanha de expulsão dos luso-brasileiros do continente, pois concentravam tropas na Vila de Rio Grande e na Guarda do Norte. O número de embarcações castelhanas que iam chegando a Rio Grande, encorpando a sua frota, também era significativa.

Todos esses fatores, no seu modo de ver, eram indicativos do desencadeamento de uma nova ofensiva. Por isso, não justificava o plano de defesa pelo recuo, mas pelo ataque. Não se deixar surpreender e atacar antes significava “salvar a tropa” luso-brasileira, pois os castelhanos poderiam agir “com grande vantagem, debaixo da simulada fé e fingida amizade com que nos tratam”. Portanto, “estou resoluto a romper com eles antes que eles o façam conosco”.

Conforme o plano de Custódio, as tropas embarcadas rio-grandenses de assalto à vila de Rio Grande foram divididas em “sete colunas”. Cada uma tinha seu objetivo bem explícito e o tempo correspondente para realizá-lo. Contariam, ainda, com o apoio da cavalaria, nucleada pelo dragões de Rio Pardo.

<b>TROPAS EMBARCADAS PARA O ATAQUE À VILA DE RIO GRANDE</b>		
<i>Efetivo</i>	<i>Comandante</i>	<i>Objetivo</i>
<b>Primeira Coluna:</b> <i>Quatro pelotões: 96 homens.</i>	Tenente-coronel Gregório de Moraes Castro.	Atacaria a vila, pelo sul, acometendo a vala de defesa castelhana.
<b>Segunda Coluna:</b> <i>Dois pelotões: 48 homens.</i>	Capitão Silva.	Encarregar-se-ia do “palácio” do governo.
<b>Terceira Coluna:</b> <i>Dois pelotões: 72 homens.</i>	Capitão Rondon.	Ocuparia a igreja e a cadeia.
<b>Quarta Coluna:</b> <i>Cinco pelotões: 120 homens.</i>	Comandante-em-chefe da operação, José Marcelino.	Atuaria pela zona sul, em conjunto com a primeira coluna, pois se previa que naquela área se encontraria maior resistência.
<b>Quinta Coluna:</b> <i>Dois pelotões: 48 homens.</i>	Tenente Martins.	Enfrentaria a guarda da ponte de desembarque.
<b>Sexta Coluna:</b> <i>Dois pelotões: 48 homens.</i>	Capitão Rodrigues.	Desmantelaria a bateria do porto.
<b>Sétima Coluna:</b> <i>Dois pelotões: 48 homens.</i>	Capitão Beja.	Tomaria o hospital e seus dois canhões da bateria de defesa.

Conforme o plano tático, os pontos de desembarque das cinco primeiras colunas seriam em seus próprios objetivos militares a serem conquistados. As duas últimas, atacariam o porto. A ação poderia ser vitoriosa, pois estes 360 homens, com o apoio de aproximadamente mais 140, totalizavam 500 combatentes. Contavam também com a surpresa. Calculava-se que encontrariam resistência de apenas 300 castelhanos, os quais, além disso, seriam atacados na retaguarda por 200 dragões de Rio Pardo.



*Plano de governador José Custódio de Sá e Faria para retomar a vila Rio Grande e as terras meridionais costeiras, em 1767.*

*Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.*

Entretanto, o prenúncio de uma tragédia foi dado pela cavalaria de dragões, comandada por Roncali. José Custódio havia previsto tudo, mas não contava com um comandante inepto. No dia 28 de abril de 1767, ele havia expedido ordens para que Roncali partisse imediatamente para o sangradouro do São Gonçalo. No entanto, a marcha só iniciou quinze dias depois. Ainda assim, Roncali conseguiu a proeza, mesmo contando com cavalaria famosos pela mobilidade guerrilheira, de não chegar à região do São Gonçalo, tendo dezoito dias para realizar a marcha.

José Custódio julgou que poderia fazer o desembarque, empreender o ataque, ganhar as posições e, depois, fortalecê-las com a chegada dos dragões e o auxílio de outras praças do Brasil.

Todavia, desde sempre a informação faz parte da guerra. O governador castelhano José de Molina já havia sido alertado por desertores sobre as intenções luso-brasileiras e a concentração de forças, com soldados e embarcações, no estratégico forte/porto de São Caetano. Recebera, igualmente, notícias, pelos seus vaqueanos, da lentidão de Roncali, cujos oficiais e soldados estavam mais interessados em roubar os rebanhos que iam encontrando. Da capacidade do galope dos cavalos iam condicionados à velocidade dos passos dos bois que iam arreando, juntando em invernadas naturais para depois tropear para o Rio Grande.

### **A esquadra extraviada pelo vento e pelo nevoeiro**

Ao invés de recuar com a primeira falha do plano, representada pela imprecisão da cavalaria, Sá e Faria ordenou a sua execução. Jogava tudo, desde o início, na estirpe marinheira. No dia 28 de maio de 1767, José Marcelino partiu do porto de São Caetano. A esquadra tinha 32 embarcações. Eram 13 horas. O dia calmo. O favorável vento Nordeste parecia soprar benfazejo aos iminentes aportadores. O moral da esquadra elevava-se com a possibilidade de revanche pelo desastre de quatro anos antes e a transformação de uma vila inteira em objeto de saque. Durante a noite, rodadas de cachaça procuravam manter o entusiasmo. Na madrugada, o inimigo conheceria o apetite incontrolável em que navegavam.

Entretanto, uma segunda dificuldade se associou à irresponsabilidade da inepta cavalaria. Pela madrugada, o Nordeste metamorfoseou-se em ventania rebojada, desfazendo a simetria da esquadra que, no dorso da lagoa, configurava uma superposição do mapa desenhado por Custódio.

Depois, um fenômeno que ocorre desde tempos irregistrados até os dias atuais, conhecido por quem ainda navega pela lagoa, complicou ainda mais a estratégia: a densidade de sua neblina. Forte cerração encobriu a planície das águas. E o extravio das embarcações deu-se nas entranhas da bruma. José Marcelino só conseguiu juntar sua esquadra à luz do dia, em frente à vila a ser atacada. E por desgraça, nas imediações da ilha dos Marinheiros, desviada de importantes pontos estratégicos.

O tinteiro da realidade havia derramado sua tinta e borrado completamente a esteticidade do mapa de Sá e Faria, com o seguimento de cada barco anteriormente plotado e o seu objetivo. Já não era mais possível que as embarcações previstas zarpasssem incógnitas para o Leste, ingressando no canal para, inesperadamente, invadir a vila. Os castelhanos, com o esplendor do dia, teriam o sucesso da gávea vigilante do barco Santa Matilde, ancorado como observador em meio ao canal. Apenas o breu da noite permitiria sua abordagem.

Com a tempestade do acaso varrendo as folhas estratégicas de Sá e Faria, José Marcelino incorporou o improvisado. Primeiro, reuniu os oficiais em conselho para deliberar. Apenas a voz do tenente-coronel Gregório de Moraes e Castro soou em solitária oposição. Ao contrário da neblina e do vento que provocaram o desastroso primeiro ato, agora os comandantes eram envolvidos pela ilusória algaravia dos soldados. Aos gritos incessantes de “Viva El-Rey!” aumentavam o frenesi para assaltar o inimigo e recolher seu espólio.

Por (des)orientação dos *práticos*, Marcelino, ignorando o terreno, ordenou o desembarque de parte da tropa dos lanchões na Ponta da Macega, a meia légua da vila. Literalmente, a ambição atolou-se. As colunas haviam sido lançadas no brejal. Imediatamente, o pântano paralisou a marcha, com oficiais e soldados tentando escapar do sugadouro.

Dado o alarme pelos guardas castelhanos, as bocas de fogo que protegem a vila alvejavam os atacantes, atrapalhados em escapar, antes, do manguezal. Ao perceber o desastre e o drama de seus homens, já com mortos e feridos, José Marcelino ordenou tocar a retirada. E escapou-se, de volta, para o forte/porto de São Caetano da Barranca.



violado pelas precipitadas hostilidades deflagradas pelos luso-brasileiros no Continente de São Pedro. A tomada da Guarda do Norte coincidia com a chegada ao Brasil de ordens que ratificavam a paz, o congelamento dos atritos. Rapidamente, a diplomacia portuguesa desculpou-se e responsabilizou o governador José Custódio de Sá e Faria pela ofensa, classificando-a de ato isolado, sem chancela da Corte.

No entanto, como temera o vice-rei conde da Cunha, antes de rolar a cabeça de José Custódio, ele próprio perdeu o cargo. Em 11 de setembro de 1767, Pombal determinou que ele fosse substituído pelo conde de Azambuja, que aportou no Rio de Janeiro em dezembro, a bordo da fragata Nossa Senhora da Glória. A princípio, essa embarcação deveria retornar com Sá e Faria preso. Mas Portugal fazia seu jogo de cena. Desculpava-se pelo ato de “fogososo desatino”, prometia devolver os territórios, renovava promessas de trégua, despachava emissário para dar explicações em Buenos Aires e soprava os seus discursos como ventos que prometiam apagar até a mais débil centelha de discórdia. Nada deveria intrometer-se naquela momentânea união ibérica em cruzada para convencer Roma a extinguir a ordem jesuítica.

Sob a porfia diplomática, entretanto, Sá e Faria continuava governando. Com o apoio do vice-rei conde de Azambuja, aquele que aparentemente viera com a tarefa de congelar as violações fronteiriças, prosseguia reforçando seus contingentes. Em 30 de março de 1768, Lisboa informava ao Brasil que desconsiderasse a ordem de prisão.

### **Ameaça de despovoamento e resistência**

Em conseqüência da ofensiva castelhana e o cotidiano de beligerância, Sá e Faria detectava o desejo dos moradores em “despovoar a terra”. Por isso, enquanto esteve no cargo de governador investiu no povoamento regular. Além do vale do Taquari, havia proposto ao pouco solícito conde da Cunha a implantação de novos núcleos populacionais no Porto dos Casais, hoje Porto Alegre. Para o senso histórico dos conquistadores do território, ao qual José Custódio, de certa forma, passou a dar objetividade, retroagir significava, concretamente, abandonar o nexa da política expansionista portuguesa, defendida na ação do princípio do *utis possidetis*, a qual fazia caducar tratados desde o descobrimento. Ou seja, “o critério da ocupação”, como demonstrou estudos de Caio Prado Júnior e diversos outros autores. A guerra de que Sá e Faria participava deveria ter, certamente, aquele desfecho que ficara explícito no preâmbulo do Tratado de Madri: “Cada parte há de ficar com o que atualmente possui”.

E o que era *despovoar*, na época, em uma perspectiva expansionista? Traduzia-se por escancarar o território fronteiriço em disputa. Espaço que havia diminuído e passara a ser compreendido como Rio Grande de São Pedro pouco mais que um terço do espaço atual do Rio Grande do Sul, com sua divisória oeste em Rio Pardo, e, assim mesmo, precariamente povoado. A demografia colonial era extremamente frágil. Por estimativas, mesmo contanto com impulso da expedição demarcadora da década de 1750, a população “rio-grandense” não ultrapassava a 30.000 pessoas vinculadas ao projeto social luso-brasileiro. E, ainda, o perigo castelhano a colocava sempre em iminente debandada. Sá e Faria compreendeu isso estrategicamente. Prendeu-se ao nexa da história do povo a que estava inserido, apesar da cantilena diplomática. Sabia que, ao cabo, o que contaria era a ação concreta em água e terra. Seu projeto de defesa e desenvolvimento, portanto, era claramente realista dentro da estrutura colonial, mesmo sabendo das dificuldades quase insuperáveis para realizá-lo. Apenas a cidade de Buenos Aires tinha o equivalente a dois terços da população sul-rio-grandense.

Em período tão conturbado, Sá e Faria cumpriu seu derradeiro ciclo no continente de São Pedro. Em 23 de abril de 1769, na capital de Viamão, transferiu o governo para o seu principal colaborador, coronel José Marcelino de Figueiredo, retirando-se para o Rio de Janeiro para assessorar o vice-rei.

Enquanto José Custódio partia, marcando o Rio Grande em sua passagem, a reconquista do território ao sul do canal somente ocorreria sete anos depois.

## **A concentração de tropas e a retomada de Rio Grande**

Gradualmente, a fronteira sul foi sendo fortificada, dando proteção para que as embarcações brasileiras voltassem a ingressar no canal, mesmo sob fogo castelhano, respondido pelos fortins organizados na margem setentrional, contando com a logística dos portos de São José da Guarda do Norte e São Caetano da Barranca.

Conquistadores contumazes, aventureiros luso-brasileiros passaram a instalar estâncias desbravadoras entre o Jacuí e o Camaquã. Em 1773, o governador de Buenos Aires, Vertis y Salcedo, elaborou um plano para punir os luso-brasileiros, organizando uma expedição.

O governo de São Paulo, província de origem da maioria dos povoadores, reforçou os contingentes de Viamão. Nesse processo, o governador Marcelino transferiu a capital para a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, fixando definitivamente a quarta capital, sucedendo as vilas de Rio Grande, de Rio Pardo e de Viamão. A território ficaria definitivamente vinculado à náutica. O nome do Estado, originando-se em um rio (Jacuí, chamado de Rio Grande), e o de sua capital, em um porto. Aliás, das quatro capitais, três foram portuárias.

Salcedo partiu de Montevidéu com 1.043 homens. Marchou pela antiga estrada das Missões, tomou a direção do Pequiri (Cachoeira do Sul) e chegou a duas léguas de Rio Pardo. Intimou os “senhores governadores de Viamão e Rio Pardo” a “evacuarem os terrenos” das margens sul e oeste do rio Jacuí.

Para assumir maior controle da campanha, ordenou a construção do forte de Santa Tecla e a reconstrução da fortaleza de Santa Teresa.

Vertis y Salcedo percebia que o problema fronteiriço não se circunscrevia às infrações bandoleiras. Ao mesmo tempo em que a diplomacia portuguesa postulava pela paz e boa convivência entre vizinhos, implementava uma política de concentração de tropas.

De fato, a partir de 1774, a metrópole passou a atender aos apelos rio-grandenses. Mandava recursos e aquartelava homens, construindo a superioridade militar sobre os castelhanos na região. Desmembrou o governo civil-militar em duas esferas distintas. Dentro dessa nova política, o tenente-coronel Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara chegou com o novo posto de comandante-geral das tropas, trazendo reforço militar inicial de mais de 500 homens. A seguir, foi sucedido pelo tenente-general alemão conde João Henrique Böhm, que viera para o Brasil como inspetor e reorganizador do exército colonial. A escolha desse oficial para comandar a reconquista fora realizada pelo próprio conde Guilherme de Lippe, reformador do exército português a pedido de Pombal. Com ele também chegou o brigadeiro sueco Jacques Funck, com o cargo de diretor das fortificações.

A Corte determinou ao vice-rei Lavradio que não deixasse faltar recursos e tropas a Böhm. Além dos arregimentados em Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Santa Catarina, aportaram também contingentes europeus melhor adestrados, como os regimentos de Moura, Estremoz e Bragança. A partir do comando de Böhm, os efetivos dobraram anualmente. O tenente-general passou a contar também com tropas de reserva, aquarteladas em São Paulo e Santa Catarina.

No ano seguinte, 1775, a esquadra comandada por Robert Mac Douall, oficial com longa experiência na Marinha de guerra inglesa, agora a serviço de Portugal, singrava pelo litoral, concentrando embarcações em Santa Catarina e na Colônia do Sacramento.

Com tais contingentes, o espírito bélico se convertera em conflitos. As vitórias de Rafael Pinto Bandeira pela fronteira-oeste, aumentavam o moral luso-brasileiro, mas também acumulavam lucros para ele e seus comandados através das arreadas e dos saques.

Em 19 de fevereiro de 1776, no entanto, os portugueses sofreram violento revés no desastroso combate naval do canal de Rio Grande, quando as embarcações da esquadra de Mac Douall foram obrigadas a se retirar e buscar proteção nos portos da lagoa dos Patos.

Essa derrota, porém, foi compensada, no mês seguinte, pela tropa ligeira e aventureiros de Pinto Bandeira, que tomou o forte de Santa Tecla (Bagé).

Desmantelada a resistência castelhana no oeste e na campanha, o general Böhm preparou-se para tomar a vila de Rio Grande e territórios adjacentes. Em aproximadamente dois anos, multiplicara os efetivos rio-grandenses em quase seis vezes. Fora os milicianos voluntários e indígenas, entre companhias, regimentos, tropas ligeiras, destacamentos e legiões, concentrou mais de 6.000 homens.

Por esse motivo, quando barcos da esquadra luso-brasileira se aproximaram da vila de Rio Grande e das terras da margem sul da barra, no dia 2 de abril de 1776, na véspera, as forças castelhanas abandonaram a cidadela principal, seus fortes e guardas. Retiraram-se depois de dominá-la desde 1763. Depois de 13 anos, os rio-grandenses recuperavam o seu principal porto.



Posição das tropas beligerantes em 1776.

Com a reconquista, o forte e o porto de São Caetano da Barranca perderam importância geopolítica. Suas paredes e casario de barro batido foram desboroadando com o tempo. Seus tetos de capim santa-fé esvoaçando e entregando o escalpo ao tempo. As águas do Saco do Rincão, aos poucos, deixaram de sustentar os cascos das embarcações históricas. A memória da navegação foi sendo apagada pelo atropelo da gritaria tradicionalista urbana, convertida em “cultura” e poder, diluindo na bruma da inconsistência as proas de construção do Rio Grande e, ao mesmo tempo, debilitando a sabedoria da autêntica tradição galponeira.



Desenho da entrada da esquadra portuguesa na barra do Rio Grande e as posições das tropas, em 1776.